

SUMÁRIO

ALGUMAS PALAVRAS	XV
NOTA DA TERCEIRA EDIÇÃO de <i>Paulo de Barros Carvalho</i>	XVII
APRESENTAÇÃO de <i>Paulo de Barros Carvalho</i>	XIX
PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO de <i>Geraldo Ataliba</i>	XXIII
INTRODUÇÃO.....	XXXI
INTRODUÇÃO DA 1ª EDIÇÃO	XXXIX

CAPÍTULO I

1. Aspectos do conhecimento	1
2. Proposição e linguagem	3
3. Isolamento temático da proposição	4
4. A reflexão lógica	5
5. O domínio das formas lógicas	6
6. A formalização	7
7. As variáveis e as constantes na forma lógica	9
8. Tipos de variáveis lógicas	11
9. Formalização e generalização	12
10. Formalização e simbolismo	15

VII

CAPÍTULO II

1. A linguagem formalizada	19
2. Linguagem lógica e objetividade	21
3. Níveis de interpretação	22
4. Lógica materia	24
5. A lógica jurídica como metodologia jurídica	26
6. O tema da lógica jurídica formal	27
7. Formalização da linguagem jurídica	29
8. Experiência da linguagem jurídica	31
9. A proposição jurídica	33
10. O functor dever-ser	34
11. Irredutibilidade do modal deôntico	34
12. A jurisprudência sociológica	36
13. Retomada da irredutibilidade do dever-ser	37

CAPÍTULO III

1. O caráter relacional do dever-ser	39
2. A variável relacional	40
3. Tripartição modal e os dois valores da p-normativa	42
4. Bivalência da proposição normativa	43
5. A tese de redução em Schreiber	45
6. A redução em Alf Ross	47
7. A experiência da linguagem das normas jurídicas	48
8. A validade no descritor	50
9. O caráter seletivo do descritor	52
10. As estruturas lógicas do direito	53
11. O formalismo lógico	55

12. Irredução da lógica jurídica	56
--	----

CAPÍTULO IV

1. Estrutura da proposição jurídica	57
2. O deôntico na tese	60
3. Comentários sobre a teoria de Alf Ross	62
4. Incidência do operador deôntico	65
5. Validade e verdade	66
6. Valências da proposição normativa	70

CAPÍTULO V

1. Norma primária e norma secundária	73
2. A relação antecedente/consequente	74
3. As categorias modais	75
4. Modos alético e deôntico	76
5. Substrato objetivo da distinção modal	77
6. Conexão entre norma primária e norma secundária	79
7. Do conectivo E	80
8. Generalidade da proposição	81
9. Retomada do conectivo E	83
10. O conectivo OU	84
11. O nexos “se..., então”	85
12. Confronto dos operadores	86

CAPÍTULO VI

1. Interdefinibilidade dos conectivos	91
2. A via para escolha do conectivo	93

3. A situação objetiva deôntica	94
4. Uso do OU-includente	96
5. Tese de F. Kaufmann	98
6. A disjuntividade proposicional em Cossio	99
7. Juízo disjuntivo e juízo hipotético	101
8. Funções do dever-ser	103

CAPÍTULO VII

1. Funções sintáticas da negação	107
2. Teoria de Pfaender	108
3. A negação na norma secundária	109
4. Caráter neutral da negação	112
5. Pretensão-de-verdade e pretensão-de-validade	114
6. O fáctico e o valor	115
7. Relação entre modos deônticos	116
8. Estrutura relacional da proposição jurídica	118
9. Neutralidade axiológica do functor deôntico	121

CAPÍTULO VIII

1. Do sistema jurídico: continuidade normativa	125
2. A unidade do sistema como unidade formal	128
3. O direito como sistema empírico	129
4. Dois níveis de sistema	130
5. O conceito de sistema em nível de objetos	134
6. A unidade do sistema na ciência e no direito	137
7. Sistema como categoria gnosiológica	139

X

8. Unicidade do sistema	141
9. Conjuntos e subconjuntos	142
10. O extralógico na relação entre sistemas	144

CAPÍTULO IX

1. Consistência no sistema da Ciência-do-Direito	147
2. Sistemas não-isomórficos	150
3. Pluralismo das dogmáticas ou ciências positivas	152
4. A não-contradição e os sistemas científicos empíricos .	154
5. Contradição no sistema do direito positivo	155
6. Leis lógicas e regras	157
7. As leis lógicas como metalinguagem	159
8. Um aspecto do logicismo	160
9. Contraditoriedade entre normas	162
10. Unidade gnosiológica e unidade empírica do direito ..	166

CAPÍTULO X

1. Aspectos da completude do sistema jurídico	171
2. Tipificação do fáctico	173
3. Substrato sociológico da completude do sistema jurídico.	174
4. Um ângulo analítico da completude	176
5. Esquematização seletiva do fáctico	179
6. Duas vias para ir à completude do sistema	180
7. Posição de Eugen Ehrlich	182
8. Pontos de vista genético e sistemático	183
9. A necessidade da construção	187

CAPÍTULO XI

1. A permissão bilateral	189
2. Do espaço juridicamente vazio	191
3. O que não significa a completude	192
4. Pontos de vista estático e dinâmico	196
5. Os aspectos lógico e axiológico do tema	198
6. Completude nos níveis de linguagem	201
7. Completude lógica e completude jurídica	202
8. Fechamento e completude	205

CAPÍTULO XII

1. O dever jurisdicional de julgar	207
2. Sistema empírico descritivo e sistema empírico prescri- tivo	209
3. Insuficiência do argumento por analogia	211
4. A valoração no argumento por analogia	213
5. Reconstrução formal do argumento por analogia	215
6. O argumento a contrario sensu	217
7. Indecidibilidade ante os casos omissos	220

CAPÍTULO XIII

1. Os dois níveis de linguagem	223
2. Argumento a contrario e completude	224
3. Formalização da norma geral-excludente	226
4. Kelsen e a norma geral negativa	228
5. Permissão positiva e permissão negativa	229
6. Caráter deôntico da proposição negativa	231

7. O juízo jurídico negativo	233
8. A licitude na norma geral negativa	235
9. Alguns aspectos do modo permissivo	236
10. Conflitos insolúveis	238
11. Função mínima da norma completante	240
12. Obrigatoriedade, facultatividade e norma geral negativa	242
13. Inexistência de norma proibitiva	243
14. Multivocidade do dever-ser em Kelsen	245

CAPÍTULO XIV

1. Formalização do sistema	249
2. Sistema simples e sistema composto	250
3. Critério de pertinência	251
4. Diferença sintática dos dois critérios	253
5. Impossibilidade do sistema normativo simples	255
6. Consistência no interior da sistema	258
7. Formalização da consistência	260
8. Ângulo sintático da consistência	262
9. Postulado de unidade e consistência no direito, na ciência-do-direito e na lógica	264
10. Sistema de proposições normativas e sistema social ..	268
11. Lógica e sistema empírico	269

CAPÍTULO XV

1. O Formal e o extraformal dos níveis normativos	271
2. Gradação das fontes	275
3. O "extralógico no raciocínio jurídico	278

LOURIVAL VILANOVA

4. Relação hipótese/consequência	280
5. Positivismo e raciocínio jurídico	282
6. A conclusão além das premissas	284
7. O extralógico da decisão	285
8. Ingresso na ontologia	287
9. Formas lógicas e experiência	290
BIBLIOGRAFIA	293